

MARCHAMOS PELA REFORMA URBANA

28 de agosto de 2013

Convidamos todos e todas para se juntarem na luta pela efetivação da função social da propriedade visando cidades justas, democráticas e sustentáveis.

Venha se manifestar e cobrar a realização de mudanças! Nossas cidades não podem continuar atendendo somente ao interesse de poucos. Temos direito a cidades com moradia digna, transporte público de qualidade, trabalho decente, educação, saúde e cultura.

Marchamos por cidades sem especulação imobiliária, sem despejos, com participação e controle social no processo de desenvolvimento urbano!

Reforma urbana já!

“Há momentos de recuar, há momentos de refletir, há momentos de avançar. A janela está se abrindo... É momento de unidade popular”

www.forumreformaurbana.org.br



O Fórum Nacional de Reforma Urbana é uma articulação de organizações brasileiras, que reúne movimentos populares, associações de classe, organizações não governamentais e instituições de pesquisa defensoras e promotoras do direito à cidade. Tel. (11) 2174-2017 - E-mail: secretaria.fnru@gmail.com

REFORMA URBANA JÁ!



Para cidades mais justas,



democráticas e sustentáveis exigimos:

- o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, para uma equitativa distribuição de seus recursos, bens, serviços e oportunidades;
- a imediata suspensão dos despejos das famílias para Copa, Olimpíadas e nos grandes projetos de infraestrutura urbana;
- a destinação dos imóveis públicos e privados vazios ou subutilizados para habitação de interesse social e demais necessidades sociais dos habitantes da cidade;
- a inclusão no Projeto de Reforma do Código de Processo Civil (PL 8.064/2010) da garantia do direito de defesa, de formas de mediação e solução dos conflitos coletivos nas ações possessórias;
- transporte público de qualidade, sustentável e barato;
- a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para descentralizar a gestão e democratizar essa política, composto por conselhos das cidades na esfera nacional, estadual e municipal com poder de decisão para definição das prioridades, planos, projetos e recursos para o desenvolvimento de cidades com inclusão socioambiental e territorial;
- pela redução da taxa de energia;
- implementação das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e elaboração dos planos municipais participativos;
- o fim do genocídio da juventude negra nas periferias;
- A realização das reformas estruturais de nosso país, com ênfase neste momento à realização de um plebiscito popular para consulta sobre a convocação de uma Constituinte Exclusiva da Reforma Política – por uma reforma ampla e não meramente eleitoral
 - 10% do PIB para educação
 - 10% das receitas correntes brutas da união para melhoria da saúde pública
 - Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais
 - Democratização dos meios de comunicação
 - Realização da titulação dos os territórios quilombolas e indígenas com base no decreto nº 4887/2003, e não às tentativas de retroceder nos direitos adquiridos, que dificultarão as titulações
 - Reforma agrária